

---

**A CULTURA DIGITAL E ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA: A EXPERIÊNCIA  
TUPINAMBÁ NO ACUÍPE DE BAIXO**

---

**DIGITAL CULTURE AND INDIGENOUS SCHOOLING: THE TUPINAMBÁ EXPERIENCE IN  
ACUÍPE DE BAIXO**

---

**CULTURA DIGITAL Y ESCOLARIDAD INDÍGENA: LA EXPERIENCIA TUPINAMBÁ  
EN ACUÍPE DE BAIXO**

---

Ana Cláudia Vieira Braga<sup>1</sup>  
Gilberto Lacerda Santos<sup>2</sup>

**RESUMO**

Esse artigo tem por objetivo apresentar o diagnóstico situacional, produzido por meio de uma pesquisa exploratória realizada, no Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo, localizado no distrito de Olivença na região municipal de Ilhéus no Estado da Bahia, com vistas a investigar aspectos sociais, pedagógicos, administrativos, documentais, institucionais que colaborem para o aprofundamento teórico da relação entre cultura digital e cultura indígena e na coleta de informações prévias disponíveis a respeito. A metodologia utilizada foi a análise situacional da pesquisa exploratória e a pesquisa bibliográfica para o levantamento do referencial teórico. Os resultados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com os agentes educacionais que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise do projeto pedagógico da escola indígena; diagnose social da escola e a elaboração de um estado da arte sobre inclusão digital indígena e práticas da educação mediada por Tecnologias Digitais de Informação, Comunicação e Expressão (TICE). A partir dos dados coletados na pesquisa exploratória foi possível realizar uma diagnose social do Colégio Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo e investigar aspectos sociais, pedagógicos, administrativos, documentais e institucionais que colaborassem para uma exploração e informações iniciais a respeito da inclusão digital em um colégio indígena Tupinambá.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura Digital. Escolarização indígena. Inclusão digital. TICE.

**ABSTRACT**

This article aims to present the diagnosis produced by means of an exploratory research carried out at Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo located in the district of Olivença in the municipal region of Ilhéus in the State of Bahia to investigate social, pedagogical, institutional, administrative and documentary aspects that collaborate for the theoretical deepening of the relationship between digital culture and indigenous culture and in the collection of previous information available about them. The methodology used was the situational analysis of the exploratory research and the bibliographic research for the survey of the theoretical framework. The results were obtained through semi-structured interviews with educational agents who had practical experiences with the researched problem; analysis of the pedagogical project of the indigenous school; social diagnosis of the school and the elaboration of a state of the art on indigenous digital inclusion and education practices mediated by Digital Technologies of Information, Communication and Expression (TICE). From the data collected in the exploratory research, it was possible to make a social diagnosis of the Colégio Indígena

---

**Submetido em:** 17/10/2022 – **Aceito em:** 22/03/2023 – **Publicado em:** 04/08/2023

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação e Tecnologias- Universidade de Brasília-UnB, mestra em tradução pela UnB, especialista em Gestão e Administração Escolar, licenciada em Pedagogia, licenciada em Letras/Latim, licenciada em língua francesa pela Aliança Francesa de Brasília. Professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Membro pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação, Gestão e Cultura Regional -GEGC- UEG e do grupo ÁBACO- UnB. E-mail: anaclaudiaunb2012@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (2001). Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do grupo Ábaco de Pesquisas Interdisciplinares sobre Tecnologias e Educação. E-mail: glacerda@unb.br

Tupinambá do Acuípe de Baixo and investigate social, pedagogical, administrative, documentary and institutional aspects that collaborate for an exploration of initial information regarding digital inclusion in a school Tupinambá indigenous people.

**KEYWORDS:** Digital culture. Digital inclusion. Indigenous schooling. TICE.

#### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el diagnóstico producido por medio de una investigación exploratoria realizada en el Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo ubicado en el distrito de Olivença en el municipio de Ilhéus en el Estado de Bahía para investigar aspectos sociales, pedagógicos, institucionales, aspectos administrativos y documentales que colaboran para la profundización teórica de la relación entre cultura digital y cultura indígena y en la recopilación de la información previa disponible sobre las mismas. La metodología utilizada fue el análisis situacional de la investigación exploratoria y la investigación bibliográfica para el levantamiento del marco teórico. Los resultados se obtuvieron a través de entrevistas semiestructuradas a agentes educativos que tuvieron experiencias prácticas con el problema investigado; análisis del proyecto pedagógico de la escuela indígena; diagnóstico social de la escuela y elaboración de un estado del arte sobre inclusión digital indígena y prácticas educativas mediadas por Tecnologías Digitales de Información, Comunicación y Expresión (TICE). A partir de los datos recolectados en la investigación exploratoria, fue posible realizar un diagnóstico social del Colégio Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo e investigar aspectos sociales, pedagógicos, administrativos, documentales e institucionales que colaboran para una exploración de información inicial sobre inclusión digital en una escuela del pueblo indígena Tupinambá.

**PALABRAS CLAVE:** Cultura Digital. Escolarización indígena. Inclusión digital. TICE.

#### INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo apresentar o diagnóstico situacional produzido por meio de uma pesquisa exploratória realizada no Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (CEITAB) localizado no distrito de Olivença na região municipal de Ilhéus no Estado da Bahia para investigar aspectos sociais, pedagógicos, administrativos, documentais, institucionais que colaborem para o aprofundamento teórico da relação entre cultura digital e cultura indígena e na coleta de informações prévias disponíveis a respeito. A metodologia utilizada foi a análise situacional dos dados levantados a partir das observações, da pesquisa de campo exploratória e da pesquisa bibliográfica para o levantamento do referencial teórico. Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa- CEP- Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília - UnB e foi aprovada sob o CAAE: 55866922.9.0000.5540.

O levantamento de dados, analisados na seção dedicada à discussão dos resultados, foi feito por meio de entrevistas semiestructuradas com os agentes educacionais que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; da análise do projeto pedagógico da escola indígena e da realização de um estado da arte sobre inclusão digital indígena e práticas da educação mediada por Tecnologias da Educação, Comunicação e Expressão (TICE). Procuramos também identificar o diagnóstico situacional dos alunos e professores indígenas do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (CEITAB) em relação ao acesso e participação na sociedade digital a fim de compreender o percurso de inclusão digital dessa comunidade com relação à aproximação e vivência da cultura indígena e a cultura digital, bem como analisar o protagonismo dos povos indígenas por meio da apropriação dos mecanismos sensíveis à participação inclusiva no território digital.

Na próxima seção, apresentaremos uma reflexão sobre a relação entre a cultura indígena e a cultura digital. Logo em seguida, apresentaremos um estado da arte sobre as produções acadêmicas a respeito da inclusão digital indígena dos últimos dez anos no Brasil. Em um terceiro momento apresentaremos as discussões sobre os dados levantados na pesquisa exploratória realizada no CEITAB, as quais conduzem às considerações finais acerca do trabalho realizado.

## CULTURA DIGITAL NA CULTURA INDÍGENA

Os indígenas, de início, ficaram excluídos do processo educacional mediado pelas tecnologias digitais e da cultura digital, implantados pelo advento da Internet, fato que criou um espaço temporal diferenciado entre o surgimento da sociedade digital e a inclusão dos povos originários. A inclusão digital dos povos indígenas, mesmo incipiente pelo acesso aos meios de comunicação conectados à rede Internet, começou e tem se desenvolvido, por meio de parcerias entre o setor privado e público, terceiro setor e sociedade civil. Considerando a não prioridade de respostas às demandas sociais, culturais e inclusivas indígenas no Brasil, as próprias comunidades indígenas se organizaram em associações, buscando criar oportunidades de participação e inclusão nas políticas digitais. Esta inclusão digital consiste em uma das mais recentes políticas públicas de inclusão dos povos indígenas, que historicamente permaneceram invisibilizados nas decisões referentes às políticas indigenistas no Brasil.

Outro aspecto a considerar na população indígena é com relação à disponibilidade e acesso aos equipamentos tecnológicos e à capacitação de pessoas para o uso de computadores. Gradativamente os recursos *online* e as redes sociais foram usados para romper o isolamento que a população indígena vivia, até porque a internet, inicialmente para esses povos, foi vista como uma “faca de dois gumes”: De um lado o discurso de inclusão e do outro mais um dispositivo ocidental de padronização cultural. A inclusão digital não foi a mesma para indígenas e não indígenas e para possibilitar a inclusão digital para essas comunidades foram criados em 2003, o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), só sete anos depois, em 2010, o Centro de Inclusão Digital Indígena (Cidi), e em 2012 o primeiro Centro de Inclusão Digital Indígena no Brasil.

A inclusão digital indígena esteve, inicialmente, ligada à divulgação da causa indígena (proteção de seu território, preservação de sua cultura e defesa do meio-ambiente), o que permitiu que suas práticas e saberes fossem conhecidos globalmente. O uso das TICE nas comunidades escolares indígenas contempla dois pontos de vista: um de que pode representar uma influência negativa ao trazer consigo valores e signos não próprios da cultura indígena; e, outro, que ressignifica as TICE como ferramentas a favor da criação de conteúdos e divulgação de sua cultura (língua, narrativas apoiadas em sua cultura oral e registro do conhecimento praticado ainda nas aldeias).

Os povos indígenas são originários de uma cosmogonia ancestral que é compartilhada pelos membros de cada etnia. À medida que o acesso à cultura não indígena se amplia, em associação com um mundo cada vez mais globalizado, surge um impacto na vida sociocultural dos grupos, incluindo o aumento da lacuna de inclusão digital entre a sociedade da informação e a

população indígena, caracterizada pelos baixos recursos econômicos e tecnológicos que alcançaram as aldeias e comunidades.

No entanto, com a percepção de que as tecnologias digitais são um recurso valioso na defesa de seus direitos e suas culturas, além de proporcionarem a liberdade de expressão no ciberespaço, ancorando a participação dos povos tradicionais na gestão do acesso à informação, os indígenas procuraram usar as TICE como ferramentas para ratificar o seu papel de protagonistas na vida política, social, cultural e econômica de seus países. A população indígena tem, em sua história, uma narrativa de luta pelo reconhecimento de sua ancestralidade, de demarcação de suas terras, de resistência à exploração e escravização de seus corpos pelo não indígena. Sofreu o processo de diáspora, perdendo muito de sua identidade cultural. É uma população que tem sua língua materna própria, suas crenças, valorização do conhecimento passado de geração em geração principalmente pela oralidade, respeito pelos mais velhos, crença nas forças da natureza, estabelecimento do manejo da terra e plantação pelo ciclo da lua, sentido de coletividade, sabedoria dos anciãos e respeito à natureza.

Nessa realidade cultural, a escola surge como um espaço de manutenção da tradição, mas também com o arcabouço de novos saberes, novos conceitos sociais e científicos, bem como novas formas de interação. No artigo 32 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB, 1986), em seu § 3º, temos que: “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”. A mesma lei, em seu artigo 78 diz que “O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos indígenas, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas”. Nesse sentido, percebemos a característica específica e diversa de como deve ser vista a escolarização indígena no conjunto da educação escolar no Brasil.

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS), patrocinada pelas Nações Unidas por meio da União Internacional de Telecomunicações (UIT), foi realizada em duas fases: Genebra 2003 e Tunísia em 2005, incluindo as autoridades governamentais, privadas e sociais. Esta Cúpula foi realizada em nome dos povos do mundo, em Genebra, de 10 a 12 de dezembro de 2003. Concluiu-se com uma declaração de boa vontade e um compromisso comum de “construir uma sociedade da informação centrada na pessoa, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, em que todos podem criar, consultar, usar e compartilhar informação e conhecimento” (Declaração de Princípios e Plano de Ação da WSIS: [www.itu.int/wsiss](http://www.itu.int/wsiss), 22/12/2003). Diante deste prisma, é mister lembrar que os povos indígenas contemplam bens e tecnologias diversos da visão dos não indígenas e que se constituem de dupla natureza: a) material, tais como riquezas naturais, territórios, patrimônio e integridade física dos membros das nações e; b) imaterial como valores culturais e morais, implicitamente presentes como direito no Art. 231 da Constituição Brasileira de 1988.

Em novembro de 2010, a Universidade de São Paulo promoveu o primeiro Simpósio Indígena Sobre Usos da Internet. Nesse encontro estiveram presentes 24 representantes de comunidades indígenas, representantes de 16 povos e 13 estados do Brasil. Diante de tal fato, percebe-se que a realização desse simpósio já fixa, somado a outros eventos realizados nesse sentido, a marca de uma era de processo inclusivo aos indígenas na sociedade digital; pois onde há internet, com

certeza, há usos e aplicação de dispositivos tecnológicos preparados para ela. Com o intuito de registrar as reivindicações, as ações e as demandas proporcionadas pela realização do simpósio, que foi organizado pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, criou-se um espaço permanente de discussão sobre o uso da internet nas aldeias, seus benefícios e prejuízos à comunidade. Muitos problemas têm sido relatados, desde conexões inseguras até a quantidade insuficiente de computadores, celulares e tablets para acesso, o que separava a comunidade em pessoas preparadas e não preparadas para o acesso e protagonismo digital.

Assim, há tempos, os povos indígenas, conscientes da importância de obter um papel atuante na sociedade da informação, têm chamado a atenção das sociedades mundiais para questões sensíveis como a inclusão digital. Foi o caso do Relatório Final do II Encontro sobre Conectividade e Populações Indígenas de Ottawa, que foi concebido em Ottawa no Canadá, nos dias 17 e 18 de março de 2005, durante a segunda fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). Cúpula que proporcionou fortes debates a respeito das novas tecnologias e as populações indígenas, a fim de buscar estratégias e propostas protagonizadas por esses mesmos povos. No Brasil, somente em 2012, o Ministério da Educação, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação Escolar Indígena, na Educação Básica, através da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Na estrutura do Ministério da Educação, a educação indígena é uma coordenação, dentro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A SECADI é uma secretaria importante e inclusiva, no entanto a demanda indígena é que haja uma expansão da Educação Escolar Indígena dentro MEC para outras secretarias ou que a educação escolar indígena seja contemplada com uma secretaria própria.

Como tudo isso acontece em territórios indígenas? Essa é uma questão que justifica este artigo. Trazer os resultados de uma pesquisa de campo a partir de uma experiência baseada em dados coletados por meio de observações, entrevistas e pesquisa documental nos leva mais longe de narrativas institucionais subjetivas a respeito da vivência entre duas sociedades, a indígena e a digital, vislumbrando paradigmas preestabelecidos de que, por um lado, os indígenas são avatares do tradicional, e, de outro, as novas tecnologias são o símbolo do que há de mais desenvolvido. Outras discussões relevantes dizem respeito a questões mais pontuais como: o que já foi dito a respeito do tema de inclusão digital indígena em artigos acadêmicos, teses e dissertações nos últimos dez anos no Brasil?

Os territórios indígenas exibem certas características peculiares quando comparados a contextos mais usuais para pesquisas sobre o uso de tecnologia. É evidente que cada contexto tem uma dinâmica própria, resultante de inúmeros processos vividos ao longo da história. Sendo assim, alguns pontos surgem como relevantes nesta pesquisa como a localização da escola indígena e a estruturação da educação escolar indígena prevista no Projeto Político Pedagógico da escola. Essa multiplicidade de fatores é aqui entendida como uma combinação de todos os ambientes e questões relacionadas ao ordenamento político do território dos povos originários entre outros aspectos presentes naquele espaço que canaliza os vários fluxos. Isso ficará mais claro quando contextualizarmos as discussões dos resultados da pesquisa exploratória.

## A TEMÁTICA

Considerando o conceito de cultura desenvolvido em Laraia (1986) pontuamos que, segundo o autor, a cultura não é somente determinada por fatores biológicos do ser humano, transmitidos geneticamente, nem é unicamente um processo influenciado pela geografia circundante das pessoas no Planeta. Para o autor, a cultura é um processo complexo, que se inicia na interação humana, e se torna possível, enquanto processo, a partir do desenvolvimento da inteligência, do domínio de símbolos e dos modos e meios de comunicação presentes na vida em grupo ou sociedade. A relação cultural entre os povos originários brasileiros e os colonizadores, considerando que havia a presença de culturas distintas, foi construída a partir do princípio de dominação, já que a cultura cristão, europeia e branca pretendeu ser dominante à indígena

A cultura é inerente, influencia e é influenciada pelos seres humanos e, portanto, é um processo complexo e em contínua transformação. Há compulsões que ilustram, juntas ou separadas, o conceito de cultura de Laraia (1986). São marcadores econômicos, biológicos, ecológicos e também educacionais. Essas chamadas compulsões estabelecem a possibilidade de observação do movimento dinâmico das culturas e auxiliam na compreensão das possibilidades de interação das etnias indígenas com as não-indígenas e a partir desse movimento, relevam o dinamismo natural das culturas. Há, então, um movimento para a construção de uma nova identidade e uma nova cultura e conseqüentemente uma sociedade diversa que tem uma dinâmica própria a partir de mecanismos sociais, educacionais e legais.

Tratando-se dos mecanismos legais, historicamente, as comunidades tradicionais, especialmente as de origem indígena, são denominadas no direito constitucional, segundo Teixeira (2006), como autóctones, aborígenes, nativos, íncolas, indígenas. Esses são os diversos sinônimos utilizados no Brasil com referência aos povos originários, os donos da terra presentes à época colonial, na terra *brasilis* e assim denominados pelos colonizadores. E porque a dominação portuguesa no Brasil sobre os indígenas foi violenta, modernamente, tornou-se necessária a construção de um sistema de normas de proteção internacional, por meio de pactos, convenções, tratados, e, também no plano nacional, das constituições nacionais e regulamentação das mesmas.

Encontramos então, na vasta literatura legal sobre os direitos indígenas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro de 1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), a Convenção 169 da OIT em relação aos povos indígenas e tribais de 27 de junho de 1989. E, no Estado Brasileiro, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973), a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (define os crimes resultantes de preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional) e o Decreto nº 4.412 de 07 de outubro de 2002 (sobre a atuação das forças armadas e da polícia federal nos territórios indígenas), (TEIXEIRA, 2006, p.13)

Internacionalmente, vê-se que os indivíduos componentes das minorias étnicas não são obrigados por lei a ser cidadãos dos Estados em que vivem, mas o ordenamento interno, nacional e internacional, sempre apontou para a progressiva integração compulsória, que deixa nítido o distanciamento dos indígenas da sua cultura materna, pontuando o surgimento folclórico do ex-indígena. Todo o arcabouço legal sobre esses povos foi, em síntese,

desenvolvido com base no princípio básico e comum aos Estados de Direito que incluem o de igualdade entre todas as pessoas. Pessoas, assim consideradas, como aquelas que detêm os atributos do ser humano, da espécie humana, sem nenhum tipo de discriminação. Há a tentativa em resguardar, desta forma, os direitos à existência, à identidade e a medidas positivas que evitem a discriminação direta ou indireta e não representem uma espécie de prêmios de consolação que apague o passado violento de silenciamento pelo qual passaram os nativos originários. No entanto, na prática não há uma garantia legal ou civil de punição para aqueles que não respeitem os direitos das comunidades ao território e a sua independência dentro desse mesmo território.

Tantas inserções protetivas, leis, estatutos, normas e princípios não são garantias de nenhum tipo de inclusão para os indígenas, seja essa inclusão social, educacional ou institucional. Imaginemos, então, a questão do acesso à cultura digital, seria difícil imaginar que os indígenas sofrem a “exclusão digital”? A complexidade da resposta a essa pergunta está nas informações sobre a condição da população indígena brasileira. Pesquisas demonstram que a maioria dos indígenas brasileiros estão vivenciando sua cultura em regiões urbanizadas. Não é regra que o indivíduo indígena seja escolarizado unicamente em escolas indígenas de seus territórios originários ou de retomadas. A escolarização de alguns indígenas é híbrida (bílingue e policultural), na aldeia e na escola da aldeia ou na escola pública da cidade, de outras é totalmente não indígena, nas escolas públicas da cidade.

Essa complexidade a respeito da realidade escolar indígena envolve aspectos profundos de infraestrutura: saúde, educação, socialização, aculturação, fricção interétnica e, considerando o advento da sociedade digital a nova luta contra o paradigma cultural de que indígena, para ter direitos de indígena não pode “usufruir” das benesses tecnológicas da cibercultura.

## **ESTADO DA ARTE SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL INDÍGENA**

Apresentaremos um estado da arte que traz um panorama sobre as publicações dos últimos dez anos a respeito da inclusão digital indígena. Tal Estado da Arte é o resultado de uma revisão da literatura em três bases de dados: na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses e Dissertações da Capes (BDT Capes) e no Portal de Periódicos da Capes sobre o tema Inclusão digital indígena. O objetivo dessa revisão de literatura é delinear um estado de conhecimento que apresente reflexões relativas aos textos completos ou resumos expandidos de teses, dissertações e artigos científicos de revistas sobre as pesquisas referentes ao universo de inclusão digital voltado para os povos indígenas e verificar de que forma a categoria de inclusão digital indígena está sendo discutida no espaço científico.

A cultura digital envolve a ubiquidade de sistemas computacionais, redes, ferramentas, linguagens e acontece nas famílias, nas escolas e em outras instituições sociais. Na cibercultura, para Lévy (2009) a tecnologia condiciona a sociedade e, portanto, há o surgimento de novos paradigmas nomeados como tecnológicos que cerceiam e modificam as relações sociais, os

saberes, as relações individuais entre homem e tecnologia e todos esses elementos são modificados no ciberespaço.

Entendendo que há um público já engendrado e preparado para essa relação com a cibercultura, que seriam aqueles que são considerados “incluídos” na cultura digital, podemos dizer, segundo Santaella (2003), que a cultura digital é um elemento que evidencia diferentes formas de interações e sociabilidade. Pautando o raciocínio sob a égide dos “incluídos” digitais, há de se refletir sobre os “excluídos” digitais que são representados por aqueles a quem os “incluídos” não alcançam com seus paradigmas, sejam eles paradigmas novos ou renovados. Nesse texto de revisão de literatura os descritores de buscas foram os termos “inclusão” “digital” “indígena”. O período indicado para a busca foi delimitado entre 2014 a 2019, que teve como resultado escassas ocorrências fato que levou à expansão da busca para o intervalo de dez anos, entre 2011 a 2021.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Banco de Teses e Dissertações da Capes resultaram em 6 teses e 9 dissertações em que o assunto envolvia inclusão digital indígena de forma bem pontual e específica. No Portal de Periódicos da Capes foram encontrados 7 artigos. O critério “revisado por pares” não foi considerado no quantitativo, visto que quando ativado o filtro, o quantitativo de ocorrências praticamente zerava.

Na busca inicial na BDTD muitas dissertações e teses apareceram com temas específicos de inclusão digital, de educação indígena e ainda trabalhos na área de saúde indígena, fato que obrigou um refinamento de busca por título específico com foco nos descritores “digital” e “indígena”. O descritor “inclusão” proporcionou um resultado bem numeroso que abarcou áreas de estudo em educação, sociologia, antropologia, saúde entre outras. O mesmo aconteceu com a busca na BDT da Capes, houve então a necessidade de rebuscamento de descritores e o uso de aspas e parênteses para um resultado pontual.

A pesquisa no Portal de Periódico da Capes foi feita por meio do sistema CAFe que proporciona acesso ao conteúdo mais amplo da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e aos diferentes bancos de dados permitidos pelo portal. Além da análise numérica das ocorrências também foi feita uma triagem por título e análise dos resumos de cada trabalho encontrado, pois ficou bem acentuada a seleção automática de textos que continham os termos selecionados, mas não tratavam especificamente do tema procurado.

A análise da revisão da literatura será dividida por trabalhos em que estejam incluídos ou relacionados à área de conhecimento de Educação, já que o objetivo dessa revisão de literatura é entender a relação entre cultura digital e cultura indígena no âmbito educacional. A apresentação dos trabalhos foi organizada por autoria e objetivo geral com o fim de relacioná-los com os temas abarcados em cada um dos textos. Primeiro será feita a análise das dissertações encontradas na BDTD e na BDT Capes, logo em seguida o foco será as teses e por fim, a atenção estará voltada para os artigos científicos.

### *As dissertações*

O quantitativo de dissertações sobre o tema pesquisado também passou pelo crivo de análise das temáticas em detrimento da ocorrência de termos no corpo do texto. Em sua maioria prevalece a pesquisa qualitativa e o estudo de caso

Nos estudos de Nava (2008), Guimarães (2011), Renesse (2012), Gomes (2013), Leal (2013), Filho (2017), Mesquita (2016), as pesquisas foram feitas nas comunidades ou aldeias indígenas ou em ambientes digitais criados ou administrados por grupos envolvidos com a educação indígena. As investigações abarcam temas sobre políticas públicas de inclusão digital com reforço no foco de usos da internet. A pesquisa de Urquiza (2013), Hoffmann (2015) e Silva (2016) correlaciona à formação do professor indígena e as tecnologias digitais com foco muito amplo na identidade social, inclusão e produção de conhecimento.

### *As teses*

No conjunto de pesquisas de doutorado, que foram realizadas nas pós-graduações brasileiras e que resultou da busca com os descritores “inclusão digital indígena”, percebeu-se a ênfase nos estudos de caso e pesquisas qualitativas.

As teses referentes ao tema de inclusão digital indígena transitam entre as temáticas de identidade, cultura e tecnologia da informação e comunicação. Preferencialmente destacam-se nessa revisão aqueles trabalhos que têm como foco a educação, no entanto os aspectos antropológicos e sociológicos, que envolvem as políticas públicas de inclusão, surgem por serem indissociáveis de um estudo cultural a respeito dos indígenas.

Nas teses de Ferreira (2013) e Alves (2015) aparece a relação entre a formação de professores indígenas e o uso das tecnologias. Essa relação pressupõe um processo de inclusão digital preponderante e colabora para a gestão inclusiva da diversidade. O foco dos autores tem relação direta com o acesso, a permanência e a formação do professor indígena.

Em todos os trabalhos há um pressuposto de estudos sobre a legislação a respeito dos povos indígenas, demarcação de terras, escolas de aldeia, conflito cultural e invisibilidade indígena. Em Pedrosa (2011), Vendrame (2014), Pinto (2010) e Nogueira (2015) há estudos de caso nos ambientes de aldeia ou comunidades indígenas com o recorte de pesquisa-ação e envolvimento dos pesquisadores em ambientes familiares e/ou educacionais indígenas.

É preciso destacar que as ocorrências de teses sobre a temática de inclusão digital indígena resultaram em uma cronologia pouco atual, pois a mais recente tese defendida sobre o tema foi em 2015, no entanto, como o recorte dessa revisão foi bem específico, pode-se concluir que se houver uma ampliação dos descritores é possível considerar pesquisas mais recentes sobre as tecnologias digitais e sua relação com a educação indígena.

### *Os artigos*

O quadro de artigos resultou em um quantitativo bem pouco expressivo embora tenha abarcado alguns textos em espanhol e inglês. Pretende-se fazer uma revisão bibliográfica dos artigos acadêmicos com outros descritores e em outras bases de dados, pois há a hipótese, depois da leitura dos artigos encontrados, de que muitos estudos internacionais abarcam o tema de educação escolar indígena e a sociedade digital. Por enquanto a busca oportunizou a construção do seguinte quadro:

Em Pinto (2011) encontra-se o resultado da pesquisa de doutorado, intitulada *A Identidade/Diversidade Cultural no Ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-Xocó e Pankararus*. O autor concluiu que a inclusão digital indígena começou como uma política pública, mas logo o setor privado começou a participar com medidas deste tipo. Os povos indígenas apresentaram um entusiasmo e uma vontade de aprender, porém foram críticos e questionadores a estes programas, sobretudo os governamentais, por sua lentidão, burocracia e escassez de recursos. No artigo da mesma autora, (PINTO, 2012 e 2015) há a reflexão sobre o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente a internet, nas comunidades indígenas, provocando tanto uma ameaça, um desafio e uma oportunidade, sobretudo pelas possibilidades que fornece como meio de comunicação, vinculação e difusão de seus conhecimentos para a recuperação e reconstrução da sua própria identidade cultural étnica.

Os artigos estão relacionados à pesquisa de análise da relação entre identidade/diversidade cultural, tecnologias de informação e comunicação e as práticas informacionais dos povos indígenas a partir dos programas de inclusão digital nas comunidades *Kariri Xocó- Pankararu* na região do Nordeste do Brasil, e sua experiência no acesso à internet, utilizando a rede Índios Online vinculada à ONG *Thydewas* e estabeleceu o perfil dos usuários indígenas entrevistados, identificando fatores que dificultam o acesso à informação, como também identificou suas práticas informacionais e caracterizou as ações de inclusão digital do governo e outras entidades, em relação a populações indígenas. O estudo baseou-se em alguns conceitos fundamentais como a informação, tecnologia, identidade e diversidade cultural e concluiu que essas ferramentas não se relacionam de forma imediata com a inclusão digital dos indígenas e a implementação de práticas informacionais não leva necessariamente ao desenvolvimento de uma identidade cultural étnica.

O artigo de Cruz (2018) apresenta algumas reflexões sobre a relação entre povos indígenas e TIC, com foco no caso da comunidade *Embera Chamí*, no município de Pueblo Rico, Risaralda e sua relação com novas tecnologias, seus usos e apropriações sociais, a partir da abordagem teórico-metodológica das Representações Sociais e traz contribuições metodológicas para o campo, com o objetivo de reconstruir o fenômeno a partir dos envolvidos e de suas experiências cotidianas.

Em Moura (2013) houve a identificação do nível de inclusão digital viabilizado pelo programa brasileiro de exclusão digital em terras indígenas - Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Governo Eletrônico). Para testar essa hipótese, foi realizada a observação do ponto de acesso à Internet na escola indígena Pamáali, das etnias Baniwa e Coripaco, localizada na região noroeste da amazônia brasileira. Foram aplicadas entrevistas com atores envolvidos na implementação de programas de inclusão digital destinados a povos

indígenas: ministérios e funcionários da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), representantes do terceiro setor e os próprios indígenas. Os desafios identificados levam à conclusão de que o fosso digital indígena é apenas uma das várias divisões às quais os grupos indígenas estão sujeitos desde os tempos coloniais, sendo mais uma consequência dessas divisões ao mesmo tempo em que também as acentua. Enquanto as ações de inclusão digital do governo brasileiro destinadas aos povos indígenas não forem criadas e implementadas como parte de uma política indígena mais ampla e não levarem em consideração as especificidades desses grupos, essas iniciativas serão limitadas ao fornecimento de conexão à Internet e doação de equipamentos que permanecem subutilizados ou deterioram-se rapidamente.

## APROFUNDAMENTO DAS DISCUSSÕES

Pergunta-se: como esta cultura digital tem chegado ao processo educacional escolar indígena? Qual é o tipo de acesso e uso dado às TICE no processo educacional indígena? Como a globalização homogeneizante capitalista eletrônica tem ocorrido na inclusão digital indígena? A partir destes questionamentos podemos refletir sobre a relação entre o uso da internet e as formas de organização comunitária e social dos povos indígenas que pode ser fortalecida e organizada pelas tecnologias digitais. Na escola indígena não parece ser menos importante essa reflexão e o uso dos meios de comunicação digitais oferece um importante leque de oportunidades para ao protagonismo dos grupos na sociedade digital.

As entrevistas semiestruturadas- feitas com a gestora da escola e duas lideranças indígenas da educação, além do cacique-, foram uma fonte importante de informações. O recurso da entrevista é utilizado em pesquisas qualitativas porque permite a geração de dados pontuais com foco no tema da pesquisa e apoia-se em um roteiro com perguntas principais que podem fazer surgir, por meio de questões inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista, outras questões secundárias. Em nossa entrevista com a gestora foi possível colher informações mais específicas sobre o funcionamento e a estrutura do CEITAB. Em relação ao formato da gestão a diretora pontuou que a escola indígena tem uma ampla e irrestrita participação da comunidade. O cacicado opina nas decisões relativas ao funcionamento da escola e três instâncias estão sempre agindo em conjunto: direção, colegiado e comunidade.

Por conta da precária estrutura predial da escola, não há uma sala multimídia e nem mesmo um computador para uso dos alunos. A secretaria é nômade, monta-se e desmonta-se de acordo com a necessidade. Não há um espaço de sala de leitura ou biblioteca e nem um auditório ou sala de reuniões. Surpreendentemente há dois provedores de internet públicos subsidiados funcionando no colégio. Essas internetes são frequentemente usadas para coordenação dos professores e realização de trabalhos administrativos e burocráticos junto à secretaria de educação.

Em resposta à nossa pergunta sobre o uso da internet pelos alunos, a diretora esclareceu que enfrentou tumultos ao compartilhar a senha de acesso. Os alunos ficavam nas imediações da escola fora de seu turno de aula para ter acesso à conexão e alguns não desconectavam nem em

momentos de aula. Por isso, seria preciso planejar melhor esse acesso dos alunos, bem como estabelecer regras e usos pedagógicos dos dispositivos móveis pessoais.

Em outra entrevista com a liderança do cacicado responsável pelos assuntos educacionais, pudemos colher informações sobre a pertinência de uma pesquisa a respeito da cultura digital na escolarização indígena. A líder ponderou que a comunidade necessita muito da inclusão digital e que seria bem-vinda se fosse para todos, indistintamente. Continuou lembrando que algumas Organizações não Governamentais (ONG) propiciaram cursos de informática para alunos indígenas, mas a avaliação da comunidade foi que as oportunidades não eram suficientes e com isso foi surgindo um grupo maior de indígenas excluídos que de incluídos na cultura digital. Lembrou que sua escola participou de um projeto da secretaria de educação que distribuiu tablets para os professores, mas como a instituição não promoveu nenhum treinamento, workshop ou atualização para os equipamentos o resultado foi o engavetamento dos tablets obsoletos.

As características específicas do Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Acuípe de Baixo (CEITAB) incluem a localização, passam pelo quadro funcional e alcançam o currículo. O CEITAB localiza-se na rodovia Ilhéus – Una, na altura do Km 30 no Acuípe de Baixo, na cidade de Ilhéus no estado da Bahia, dentro da comunidade indígena Tupinambá de Acuípe de Baixo. A comunidade de Acuípe de Baixo fica na região sul do município de Ilhéus e se limita com o município de Una. O rio Acuípe, que também passa nas comunidades de Acuípe de Cima e Acuípe do Meio, encontra-se com o mar no manguezal.

Assim como foi explicado pela diretora do CEITAB, a respeito da coletividade preponderante na IE, o PPP do colégio indígena tem, no início de sua redação a informação de que o documento foi construído coletivamente no ano de 2017 e tem como finalidade: “referenciar as ações pedagógicas na unidade escolar citada, levando em consideração os princípios de territorialidade, interculturalidade, bilinguismo, especificidade e organização social na comunidade” (PPP, CEITAB, 2017, p.02).

Cada comunidade originária tem sua individualidade e sua cosmologia que são ensinadas às suas crianças pelos exemplos diários, pela convivência com o outro, com a natureza e com seus saberes. É no território, na natureza, nas relações com o meio ambiente e com suas riquezas que a educação tradicional acontece. A escola surge, então, nesse ambiente já realizado como um espaço de manutenção e, ao mesmo tempo, apresentação de novos conceitos comunitários, sociais e científicos. A escola que funciona dentro do território de um povo indígena ressignifica a concretização da aceitação dos valores não indígenas pela comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados na pesquisa exploratória foi possível realizar uma diagnose social do Colégio Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo e investigar aspectos sociais, pedagógicos, administrativos, documentais e institucionais que colaborassem para uma exploração de informações iniciais a respeito da inclusão digital em um colégio indígena Tupinambá.

Relacionando as informações coletadas na pesquisa exploratória e na pesquisa bibliográfica percebe-se que diante do resultado do estado da arte sobre o tema de inclusão digital indígena foi possível ampliar a respeito da necessidade de pesquisa no campo de investigação e de elaborar encaminhamentos epistemológicos para construir categorias de relação entre cultura digital e cultura indígena.

Voltamos agora para as considerações sobre os aspectos relativos à inclusão digital e perguntamos: diante do advento da sociedade digital relacionado às novas propostas de uma educação mediada pelas tecnologias, quais seriam as demandas eventuais da aplicação de estruturas de uma inclusão digital na escolarização indígena?

Ao voltarmos nosso olhar para a escolarização indígena percebemos que os vetores sociais, culturais, econômicos devem incluir o parâmetro de particularidade das etnias e da condição da escola indígena no cenário da educação brasileira. A falta de crédito no papel da escola na educação indígena é percebida com frequência e, em muitos episódios, ainda que manifestado no indígena o desejo de participar do ambiente escolar e retornar ao seu espaço de origem, os alunos das escolas indígenas não demonstram confiança no paradigma de que a educação escolar indígena possa ser a ponte que leve à ocupação de outros espaços sociais.

Outro aspecto importante é o uso da educação mediada pelas tecnologias que demonstra a superação de questões prementes à inclusão digital indígena, tanto dos docentes como dos discentes. Pierre Lévy afirma que pelo próprio fato de existir, uma estrutura social qualquer contribui para manter uma ordem, uma certa redundância no meio em que ela existe (LÉVY, p. 142, 1993). Nesse aspecto também, há a questão da educação escolar indígena que passa pela redundância da presença dos desafios já existentes na educação escolar em geral, com o adendo de que a escolarização indígena tem especificidades delicadas, já que a escola, na realidade da cultura indígena, constitui-se da representação institucional da cultura não indígena dominante.

Aprofundando as categorias da relação entre a sociedade digital e a cultura indígena, será possível, por meio de pesquisas, ampliar as possibilidades de ações voltadas para o estabelecimento da inclusão digital indígena nas escolas e construir um constructo teórico com vistas aos estudos voltados para a apropriação dos usos das tecnologias pelos indígenas; além de buscar a ampliação de políticas públicas que tornem os povos originários protagonistas na realização de um atendimento educacional escolar indígena que promova a diminuição do impacto cultural das tecnologias digitais na estruturação social indígena e possibilite a implementação de uma cultura digital consoante com a cultura indígena.

Imbuídos de todas essas reflexões, nos aproximamos da etnia Tupinambá<sup>3</sup> em Olivença-BA, especificamente da comunidade do Colégio Estadual Tupinambá do Acuípe de Baixo e

---

<sup>3</sup> Os Tupinambá de Olivença, população indígena foco de nossa pesquisa, a partir das informações instadas no site do pibsocioambiental.org, vivem na região de Mata Atlântica, no sul da Bahia em uma área de 10 quilômetros ao norte da cidade de Ilhéus que vai da costa marítima da vila de Olivença até a Serra das Trempes e a Serra do Padeiro. No final do século XIX, a população de Olivença era de 900 habitantes, quase exclusivamente indígena. Em 2004- ano em que houve o maior movimento de demarcação de terra indígena na região de Olivença- os dados informados pela Fundação Nacional de Saúde Indígena (FUNASA) destacam que os Tupinambá de Olivença tinham uma população entre 3000 e 3500 pessoas, esse levantamento indicou a existência de muitos tupinambás fora do território. Em 2009, a Funasa realizou outro censo que estimou que a população era de 4500 pessoas

acreditamos que a inclusão digital indígena seja um direito incontestável e que o uso das TICE na escolarização indígena se configura na possibilidade de acesso democrático, amplo e irrestrito à sociedade digital, nesta perspectiva, esperamos contribuir para desmistificar os paradigmas coloniais de que os indígenas não precisam e não podem ter acesso à tecnologia digital.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, A. Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil. **Informação e Sociedade**, 22(1), 121–128, 2012.

ALVES, Lenice Miranda. **A tecnologia de informação e comunicação em licenciatura intercultural indígena**: caso da UFG. 2015. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia. Goiás, 2015.

BRAGA, Ana Cláudia Vieira. LACERDA, Gilberto. **Inclusão digital indígena**: um estado da arte. Passo Fundo: ANAIS SENID, 2020. Disponível em: [HTTPS://drive.google.com/file/d/1pmy-9BBwDIDpJK\\_ULnUN56E7IYXPKIZ/view](HTTPS://drive.google.com/file/d/1pmy-9BBwDIDpJK_ULnUN56E7IYXPKIZ/view)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. (1998) **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2012.

CEITAB. **Projeto Político Pedagógico**. Ilhéus, BA, 2017.

COSTA, I. V. da. OLIVEIRA, Paulino. Challenges faced in overcoming indigenous digital divide in Brazil. Commons: **Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital**, 2(2), 92; 127, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/oaiart?codigo=454687>

CRUZ SANDOVAL, C. Tecnologías de la Información y la comunicación en la comunidad Embera Chamí de Pueblo Rico, Risaralda: una mirada desde las representaciones sociales. **Revista Nuestra América**, 6(12), 102–123, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/oaiart?codigo=6511176>.

FERREIRA, Sandra Alberta. **Políticas de ação formativa**: compreendendo a dinâmica de in(ex)clusão na formação acadêmica de estudantes indígenas na UFT. 190f. Tese (doutorado em Administração de empresas). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2013.

---

residentes na área, destacando que os territórios com maior número de pessoas são os da vila e da serra localizados no Acuípe de Baixo e do Meio e na Sapucaieira (nota dos autores).

FILHO, Isaac Fernando Ferreira. **O indígena frente às políticas de inclusão digital**: uma análise de processo sociotécnicos entre os pataxó da aldeia velha no extremo sul da Bahia. 104 f. Dissertação (mestrado em Ciências d comunicação) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Fábio Morais. **Indígenas na Web da oralidade aos bytes**: estudo de caso do blog escolar Pamáali-Banwa-Amazons. 125 f. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

HOFFMANN, Zara. **Tecnologias da informação e comunicação na formação do professor indígena do curso de educação intercultural da Universidade de Federal de Goiás**. 122f. Dissertação (mestrado em Ciências e Matemática) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados populacionais do Brasil**, Censo 2010, 2010.

LACERDA SANTOS, Gilberto. A Internet na escola fundamental: sondagem de modos e uso por professores. **Educação e Pesquisa** (Revista da Faculdade de Educação da USP), V. 29, no. 2, p. 303-312, 2004.

LACERDA SANTOS, G. Ciência. **Tecnologia e formação de professores para o ensino fundamental**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

LARAIA. Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEAL, Pedro Paulo Santos. (2013). **Presença indígena na internet**: exclusões, convergências e o aikewara.blogspot.com 113f. Dissertação (mestrado em comunicação, linguagens e cultura.) Universidade do Amazonas, Belém: Pará, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura** (trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: editora 34, 2009.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva por antropologia do ciberespaço**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LOPES, Mateus Sena. **Evasão e Fracasso Escolar de Alunos de Comunidades Indígenas do IFRR - Câmpus Amajari**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Roraima, 2017.

MESQUITA, Alexsandro Cosmo de. **E o verbo se fez digital**: uma narrativa sobre a cultura indígena, tecnologia e formação. 199f. Dissertação (mestrado em tecnologias da inteligência e design digital). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOURA, R. D. **Multiple knowledge of network diversity**: intercultural connections in the debate over digital inclusion with respect of the people of the forest/Multiplos saberes da diversidade em rede: conexoes interculturais no debate da inclusao digital na perspectiva do povo da floresta. 10(21), 577, 2013.

NAVA MORALES, Elena. **Apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os pataxós de Coroa Vermel Bahia.** 112 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NOGUEIRA, José Francisco Sarmento. **Relações multi/interculturais e identitárias a partir do uso de tecnologias digitais:** um olhar sobre o ambiente da escola municipal ãandejara na reserva Te'yikue em Carapó no Mato grosso do sul. 161 f. (doutorado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2015.

PEDROSA, Neide Borges. **Comunidade de formação e prática pedagógica indígena:** inclusão digital e identidade cultural. 218 f. Tese (doutorado em educação). Pontifícia Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2011.

Pinto, A. A. A **“inclusão digital indígena” na Sociedade da Informação.** Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação, 1(2), 2011.

PINTO, A. A. **Identidade/diversidade cultural no ciberespaço:** práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-Xocó e Pankararu no Brasil. Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação, 8(1), 92–93, 2015.

RENESSE, Niconeme Costa. **Perspectivas indígenas sobre e na internet:** ensaio regressivo sobre a construção e uso da comunicação em grupos ameríndios do Brasil. 113f. Dissertação (mestrado em antropologia social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Romero-Medina, A. **Educación por y para indígenas afrocolombianos:** las tecnologías de la etnoeducación (Education by and for indigenous and Afro-Colombians: ethno-education techniques) (Éducation par et pour indigènes et afro-colombiens: les technologies de l'ethnoéducati. Magis: Revista Internacional de Investigación En Educación, 3(5), 2010.

SANTANA, José Valdir. **A letra é a mesma, mas a cultura é diferente:** a escola dos Tupinambá de Olivença. Tese de doutorado em Antropologia Social. UFSCAR, 2015.

SANTANA, José Valdir Jesus de. COHN, Clarice. **A escola Tupinambá de Olivença – BA:** alguns apontamentos. Espaço Ameríndio: Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50-80, jan./ jun. 2018.

SILVA, Vanderleia Barbosa. **As tecnologias digitais na formação de professores indígenas do curso de licenciatura em educação básica intercultural da Fundação Universidade Federal de Rondônia.** 116 f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal de Rondônia. Rondônia, 2016.

SORJ, Bernard. **Exclusão digital:** problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Centro brasileiro de análise e planejamento. P. 101 a 117, 2005.

TEIXEIRA, Williane dos Santos. **Minorias étnicas:** índios no Brasil. Revista JusNavigandi. ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n.997, 25 mar,2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8164/aceso> em 14 nov. 2019.

URQUIZA, Moema Guedes. **Identidades indígenas na mídia:** um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação. 92 f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Católica dom Bosco. Campo Grande, 2013.



VENDRAME, Sônia Inês. **A internet na aldeia tekoha aňetete**: como o novo suporte digital interage na cultura indígena guarani na terra prometida. 251 f. Tese (doutorado em comunicação e semiótica). Pontifícia universidade Católica de são Paulo, São Paulo, 2014.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.